



CONGRESSO NACIONAL

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Recebido em 10 / 12 / 2008 às 18:15

Matr.: 3157

MPV-449

00127

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 10/12/2008	proposição Medida Provisória nº 449/2008
--------------------	---

autor Dep. DAGOBERTO PDT	nº do prontuário 433
-----------------------------	-------------------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 23	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 26-A do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, acrescentado pelo art. 23 da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

A jurisdição administrativa interpreta o direito da mesma forma como a judicial, dela se diferenciando apenas pelo âmbito de competência. Assim, tanto quanto em uma apreciação em juízo, deve o administrador valer-se de todo o arcabouço normativo que reja determinado tema para aplicar a legislação tributária.

Nesse complexo, sem dúvida está inserida a Constituição, até de forma privilegiada, tendo em vista que as regras nela contidas vinculam de forma incontornável o direito pátrio, aí incluída a legislação fiscal. Pretender que a decisão de processos administrativos tributários ignore a Lei Maior fere profundamente o bom senso e o próprio Estado de Direito.

Cumprе registrar que a emenda ora apresentada decorre de oportuna sugestão da conhecida e justamente conceituada ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil).

Destarte, pelos motivos anteriormente invocados e pela origem da modificação proposta, pede-se o endosso dos nobres Pares à presente emenda.

PARLAMENTAR

